

## APARÊNCIAS DA APARÊNCIA

Luiz Carlos Brito Paternostro  
Doutorando em Ciência da Informação —UFRJ

**Resumo:** *Aparências da aparência.* O trabalho discute relações entre “verdade”, “verossimilhança” e “veridicção”, visando as brechas que se instalam nas contradições entre os discursos e outras fontes de vestígios. Compara pensamentos diversos sobre a verdade das coisas e das contradições entre as coisas, considerando que o confronto dos discursos e vivências não obedece, necessariamente a uma ordem ou vontade predeterminada, o que comprometeria a realidade daquele confronto. Procura demonstrar, como em um “teste eliminador de alternativas”, que a omissão da questão da verdade no estudo dos efeitos veriditórios é pelo menos tão problemática como a mesma questão da verdade e remete ao “supra-discursivo” o espaço de organização do plausível e do esforço de persuasão.

**Palavras-chave:** Veridicção, Verossimilhança, Persuasão, Opinião, Verdade.

**Abstract:** *Appearances from the Appearance.* The paper discusses some relations between “truth”, “verissimilitude” and “veridicalness” (veridiction). It has in view fissures installed in contradictions between discourses and other sources of vestiges. It collates several thoughts on truth and confrontation between things, considering there is no order or any predetermined will contradiction should obey. It aims to show don't call in question the “truth” is at least as difficult as discussing it. It returns to “supradiscourse” the locus of plausibility organization and struggle of persuasion.

**Key words:** Veridicalness, Verissimilitude, Persuasion, Opinion, Truth.

**O** verossímil qualifica as asserções, e não as coisas. Não existem situações verossímeis ou inverossímeis. Mas, assim como dizemos “falso médico”, “perna falsa” ou “cabelo verdadeiro”, assimilando o “verdadeiro” ao “real”, também substituímos o termo

“possível” pela palavra “verossímil”. O *verossímil* (*vraisemblable*) se distingue do *veriditório* (*véridictoire*). A problemática da veridificação trata dos dispositivos discursivos produtores de verossimilhança. É a *esta* verossimilhança produzida que se dá o nome de *efeito veriditório*. A questão da verossimilhança não se dirige especificamente (nem se limita apenas) àqueles dispositivos ou aos seus efeitos. Em seu uso lógico e filosófico, “verossímil” corresponde a “presumível”. O *verossímil* não é o *provável*. O valor de verdade do verossímil é *determinado*, enquanto que o valor de verdade do provável é *provisório*. A *verossimilhança* é uma forma enfraquecida da *consciência* do verdadeiro (e não uma forma enfraquecida da *verdade*): nela a verdade se anuncia, não se evidencia. As asserções verossímeis estão para a verdade assim como as duvidosas estão para a falsidade. A verossimilhança de uma asserção nasce com a possibilidade do estado de coisas que ela representa, possibilidade *atestada* por suas relações com o estado de coisas conhecido. Uma asserção verossímil está envolta por indícios que constituem uma espécie de premonição de sua verdade, índices lógicos, analógicos, causais, que podem ser descritos objetivamente e que pertencem aos contextos (sintático, semântico, pragmático) onde a asserção aparece. É das combinações dos índices dos *diferentes contextos* que se constituem os graus de verossimilhança. Entre os indícios obtidos no contexto pragmático da asserção estão, por exemplo, a *autoridade do enunciador*, a *reputação da publicação*, *circunstâncias da enunciação*, etc. A verossimilhança das asserções nasce, aqui, da transposição ao enunciado das qualidades tomadas da enunciação.

Não se considera, normalmente, tarefa própria da Semiologia estabelecer a verdade ou a falsidade dos enunciados e dos discursos, mas sim investigar seus *efeitos de sentido* no âmbito da comunicação. O *parecer dizer a verdade* e o *fazer crer verdadeiro*, sim, pertencem à problemática da *veridificação* (*véridiction*), isto é, ao estudo do conjunto das condições e dos procedimentos modais e enunciativos que produzem efeitos *veriditórios* (*véridictaires*)<sup>1</sup>.

Isto não esvazia a reflexão sobre o conceito de “*verdade*” tendo em vista uma semiologia da persuasão, já que não é possível tratar dos efeitos veriditórios dos discursos sem levar em conta as noções relacionadas de “*opinião*”, “*aparência*”, “*possibilidade*”, “*evidência*”, “*certeza*”, etc.

Assim, este trabalho se propõe a examinar certas relações entre “*verdade*”, “*verossimilhança*”, “*veridificação*”, etc., nas fronteiras da sujeição aos efeitos discursivos, isto é, visando as brechas que se instalam nas contradições entre os discursos e outras fontes de vestígios.

Comparamos aqui distintos pensamentos sobre a *verdade das coisas* e sobre a *verdade das contradições* entre as coisas, buscando justificar o seguinte ponto de vista:

O **confronto** dos discursos, das coisas e das vivências não obedece, necessariamente, a uma ordem, vontade ou finalidade predeterminada, algo que comprometeria qualquer pretensão de **realidade** daquele confronto. Assim, se houvesse um *meganarrador* que dispusesse os observáveis presentes ou acessíveis a um sujeito, de uma forma tal que somente certos efeitos previstos se constituíssem (em detrimento de outros igualmente possíveis) graças às intenções ou parcialidades interessadas daquele *meganarrador*; apenas neste caso poderíamos garantir a “não-apreensibilidade da verdade” e o “caráter ilusório do que se percebe, em geral”.

Mas, sem o Real, também deve desaparecer o Plausível. Por isso, porque *nem tudo pode* ser considerado *ilusório*, existe a possibilidade de perícia (e de mistificação), de verificação (e de falsificação), de avaliação (e de equívocos), de coleta (e de implantação) de vestígios e probabilidades confirmadores — ou desabonadores — de certa versão dos acontecimentos. Nesta **ausência** de *meganarrador interessado* se baseiam as condições do conhecimento; e de qualquer ciência, portanto. O *olhar* escreve — ao ler — uma história: mas assim como se submete ao *signal*, não lhe é possível escapar do *indício*, nem do choque da *contradição*.

Esta *ausência de meganarrador interessado* não contraria a constatação de regularidades discursivas ou interdiscursivas; amplia, apenas, a base sobre a qual os discursos seriam constituídos.

*“(...) sustentar que o espaço pertinente para as regras é da ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscursivo como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isto implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro.(...) Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., mas de um trabalho sobre outros discursos”<sup>2</sup>.*

Mas um “trabalho sobre outros discursos” não provém, ele mesmo, exclusivamente dos *discursos*. Apreender a “interação entre formações discursivas” implica levar em conta *quaisquer* elementos que contribuam para o esclarecimento daquelas relações, sejam estes elementos discursivos ou não.

Para Gabriel de Tarde, não é bem assim que as coisas ocorrem. Nele, qualquer *opinião* é assimilada a um *bem de consumo*. Ter tal ou qual opinião equivale ao consumo de tal ou qual produto: a opinião *discutida* cede, então, lugar à opinião *consumida*. Consumo de um sentido *já produzido*. As controvérsias serviriam apenas para encobrir a ilusão do livre arbítrio. O estado social seria um estado de “*sonambulismo*”, de “*hipnose coletiva*”. Seria impossível inovar, isto é, deixar de ser persu-

adido, influenciado, deixar de imitar — a não ser abandonando, ainda que por um momento, a sociedade:

*"(...) Ser crédulo e dócil, e sê-lo no mais alto grau como o sonâmbulo ou o homem enquanto ser social, é, portanto, antes de mais, ser imitativo. Para inovar, para descobrir, para acordar um instante do seu sonho familiar ou nacional, o indivíduo deve escapar momentaneamente à sua sociedade. Ele é supra-social, antes de social, tendo esta audácia tão rara"*<sup>3</sup>.

Não há lugar, no sistema de Tarde, exceto em casos excepcionais, "supra-sociais", para a realidade das contradições. Autônomo se aproxima de autômato; e a verdade, da conveniência:

*"(...) Ontem acreditávamos no que diziam padres e antepassados, hoje repetimos as idéias novas: 'é o que se chama substituição da credulidade pelo livre exame' (Les Lois de l'Imitation, pg. 266). A 'imposição persuasiva' tomou o lugar da 'imposição autoritária', segundo as categorias de Tarde, mas a imposição permanece. Se pensamos ser livres, é à força de servidão: 'o cidadão dos tempos novos orgulha-se de fazer uma livre escolha entre as proposições que lhe são feitas; mas, em realidade, a que ele aceita, a que ele segue, é aquela que responde melhor a suas necessidades, a seus desejos, que preexistem a e resultam de seus hábitos, seus costumes, todo seu passado de obediência' (Ibid., pg. 267). A única coisa que mudou na difusão das idéias foi a representação que nós fazemos delas. Tanto hoje como ontem não escolhemos realmente nossas opiniões"*<sup>4</sup>.

Para De Tarde, o vínculo social não se liga aos conteúdos das opiniões, mas à sua coincidência. O sentido não é o que importa aqui, o critério de verdade de uma opinião depende do número de adeptos. A verdade tem um valor quantitativo, como ocorre com um bem econômico qualquer. Assim, a opinião pública, como vínculo social, corresponde à verdade social não devido a qualquer sentido particular que veicule, mas apenas à comunhão daquele sentido. De Tarde reconhece a existência de contradições, "duelos lógicos" entre opiniões em conflito. Mas, para ele, é a hegemonia e o poder de propagação de certa opinião o que determina as decisões sociais, a marcha das verdades e das certezas.

Sem nos determos, por enquanto, nos argumentos, basta notar a forma pelo menos curiosa da afirmação: "(...) o cidadão (...) orgulha-se de fazer uma livre escolha entre as proposições que lhe são feitas; mas, em realidade, a que ele aceita, a que ele segue, é aquela (...) ". Há, então, para De Tarde, uma realidade encoberta pela ilusão da livre escolha. E se "tanto hoje como ontem não escolhemos nossas opiniões", isso não elimina a referência à realidade, nem impede o desvelamento da "falsa autonomia", do "automatismo". Mas, poderia

um “automatismo” conter em si o desvelamento de suas próprias leis? Parece que não, e é aí que De Tarde teve que introduzir o *supra-social*: “(...) *para descobrir, para acordar um instante do seu sonho familiar ou nacional, o indivíduo deve escapar momentaneamente à sua sociedade*”<sup>5</sup>.

Se é certo que a opinião pública faz parte *constitutiva* da realidade (do vínculo) social, nem por isso a constitui *exclusivamente*, pelo menos no que diz respeito àquela atividade “supra-social” esclarecida.

Temos, então, duas acepções distintas de “*verdade*”, em Gabriel De Tarde. Uma, a de *verdade quantitativa*, relativa ao peso de certo conteúdo na opinião pública; e outra, de *verdade supra-social*, independente, e mesmo em conflito com a primeira.

No fundo, isto equivale à objeção quanto à possibilidade da dúvida universal. Duvida-se com base em algo que permanece, por isso há dúvidas dificilmente aceitáveis.<sup>6</sup>

Schopenhauer também, tratando das regras da *Dialética Erística*, contrapôs a *descoberta da verdade objetiva à arte de aparentar e de persuadir*, exatamente como o *Ser* e o *Simular-Convencer* se diferenciam: “*É necessário distinguir estritamente a descoberta da verdade objetiva da arte de dar às proposições a aparência de verdade: a primeira é assunto de absolutamente outra pragmatéia (atividade), é obra da faculdade de julgar, da reflexão, da experiência, e não existe nenhuma arte particular a que se refira; mas a segunda é o objeto próprio da dialética*”<sup>7</sup>.

Temos aqui, outra vez, uma *verdade objetiva independente* e, de algum modo, acessível à faculdade de julgar, à reflexão e à experiência, isto é, cognoscível de uma forma “supra-técnica” (assim como em Gabriel De Tarde tínhamos o “supra-social”). Isso, ainda que para a “técnica”, para a “arte de se ter sempre razão”, a verdade objetiva seja meramente acidental, “*já que é impossível, no mais das vezes, dizer de que lado ela se encontra* (...)”<sup>8</sup>.

Se poderia dizer também que a intenção da polêmica não é, em todos os casos, *persuadir* da correção de certas teses ou pontos de vista. Talvez deseje apenas exibir ou demonstrar uma identidade, reivindicar o vigor de sua diferença<sup>9</sup>. Mas, para funcionar como tal, a exibição deve ser *reconhecida*. Exibir e demonstrar implicam *convencer*, pelo menos como *exibição* e *demonstração*. Mesmo sem debruçar-se diretamente sobre o objeto aparente do discurso, o esforço persuasivo faz uso dele como um marcador de diferença, como uma *evidência* de sua identidade.

Por outro lado, não poderia ser uma reivindicação de diferença mera *expressão* (e não descrição ou mesmo comunicação) de um estado? Neste caso, não haveria tentativa alguma de persuasão, as marcas seriam *necessárias*, não mais contingentes. Sim, mas então não teria

sentido se falar de *polêmica*, o Outro e sua opinião *desapareceriam* como interlocutores e já não existiria, neste caso, interlocução. Não há interlocução nos "diálogos de surdos", *mesmo que estes obedecem a regras e constituam malentendidos sistemáticos, nem tampouco nas "percepções sugestivas" do tipo "(...) existe uma catedral em Moscou com cinco flechas. Numa delas existe um tipo diferente de configuração curvilínea. Tem-se a intensa sensação de que tais figuras e arranjos diferentes devem significar algo"*<sup>10</sup>.

Em outra vertente de pensamento, a partir de uma teoria clássica da filosofia da consciência, de cunho cartesiano, encontram-se muitas dificuldades para fundamentar critérios de verdade. Subordinando o "verdadeiro" ao "indubitável", a filosofia da consciência busca contornar a questão da verdade, pelo menos em seu ponto de partida. Segundo Raul Landim Filho, existem aqui três questões: a da *verdade*, a da *possibilidade de seu conhecimento* (a questão cética) e a da *possibilidade do reconhecimento de conhecimentos verdadeiros* (isto é, a da *possibilidade de um critério de verdade*). A partir da constatação de que *não há ato sem sujeito do ato*, as filosofias da consciência assimilam a *consciência de algo* à *consciência de si*: "(...) quem realiza um ato de consciência é consciente do seu ato, isto é, sabe (em um sentido vago de saber) que é sujeito deste ato de consciência"<sup>11</sup>. Os atos de consciência são privilegiados como os únicos imediatamente acessíveis ao sujeito destes atos: o que podemos perceber imediatamente em qualquer percepção é o próprio ato de perceber. A *verdade* torna-se compatibilidade entre percepções (representações), entre *idéias*, portanto. Ou entre *opiniões*, diria Gabriel De Tarde.

Para contornar as dificuldades do solipsismo e da linguagem privada, a filosofia da consciência deve ir além do "indubitável". A tese que procura vincular a verdade à evidência é a seguinte: *se uma representação é clara e distinta, é impossível não considerá-la verdadeira durante o tempo em que é clara e distinta*. Mas a força persuasiva da evidência não garante, por si só, a verdade daquela evidência: "(...) não estabelece (...) uma conexão necessária entre a clareza, a distinção e a verdade. Ela constata apenas, na presença de determinada representação clara e distinta, a força persuasiva da evidência"<sup>12</sup>. É por isso que outras filosofias da consciência tentaram elidir a noção de verdade como correspondência, reduzindo-a à objetividade *das representações*. Isto é, seria no interior das próprias representações que se exprimiria a noção de verdade. "*Mas, nesta hipótese, dissociada a evidência da verdade, seria possível ter conhecimentos certos e evidentes que, do ponto de vista da verdade interpretada como correspondência, seriam conhecimentos falsos*"<sup>13</sup>.

Isto é, a tentativa de eliminar a questão da verdade é pelo menos tão problemática quanto a mesma questão da verdade.

Em certo ponto da argumentação, Landim adverte que, na tese que vincula *verdade* e *evidência*, "(...) sua força persuasiva se deve mais às

conseqüências plausíveis que produz do que à constatação factual em que se apóia"<sup>14</sup>.

Isto levanta outra questão, a saber, a das razões pelas quais certas asserções são mais ou menos convincentes do que outras igualmente fundadas. Uma asserção é convincente tanto pela solidez concedida a outras asserções e estados de coisas dos quais *se deriva* (seus fundamentos) como pela solidez concedida a estados de coisas e asserções *derivados* (suas conseqüências). É neste sentido que a fecundidade que uma tese ou teoria projeta é pelo menos tão importante quanto seus fundamentos. Os "fundamentos da certeza" não podem ser separados da "certeza dos fundamentos", isto é da esperança, do desejo. Falar com "conhecimento de causa" é, ao mesmo tempo, falar com "conhecimento de conseqüências".

Persuadir, portanto, não é apenas convencer do que é ou do que foi, mas subordina-se principalmente ao propósito de (i) *mobilizar* para o que será (tornando-se, assim, uma profecia que se cumpre a si mesma, talvez: mas que importa?). O leitor recorda como Schopenhauer trata do problema da *verdade* na arte de produzir veridicação. Diz que não há arte que a domestique. Certamente não há arte *retórica* que a domestique. Mas não existem *somente* regras de produção de *veridicações*... Pois há meios de produção e de conservação de *verdades* (*coisas, atos, vínculos, etc.*), há controle e disputa pelo controle dos meios sociais de produção de *verdades*, monopólio dos meios, etc.

As descrições, narrações, declarações procedem sempre (embora não *apenas*) por analogia<sup>15</sup>. Através das *associações* que os termos ou expressões usados e suas articulações sugerem, supõe-se e, assim, constitui-se *certa* analogia entre o referente e a referência. O que se tem então disponível, acessível, é a *analogia*, que impressiona os sentidos e imprime tendências de interpretação, fragmenta e redefine a referência original. E quanto mais transparentes, difusos ou dissimulados forem os excessos e as deficiências da representação (efeito que se obtém, em parte, pela consistência do discurso, por sua coesão, progressão, intertextualidade<sup>16</sup>, etc.), mais natural será a assimilação da "*lógica do signo*" com o representado, como se aquela "*verdade*" procedesse do objeto, e não da organização do enunciado. Então, não apenas o *enunciado* absorve as qualidades tomadas da *enunciação*, como o que tem origem na *representação* pode, assim, ser percebido como partindo do *representado*. O testemunho torna-se "*experiência*", o arrazoado "*demonstração*", etc. Como as *analogias* são elementos *constitutivos* (e não mera superposição ideológica), não é possível fugir-se delas desde o *interior* de seu movimento coerente de representação. Não existe, contudo, discurso isolado ou exclusivo. Há, sim, contradições, e não apenas no *interior* dos enunciados. É neste *espaço* excessivo, "*supra-discursivo*"<sup>17</sup> — e nas fendas produzidas pelas incoerências — que se revela o

inverossímil, que se organiza o plausível e também, portanto, o esforço de persuasão.

Os contextos e artifícios de certo argumento, apontados por uma denúncia de seus mecanismos persuasivos, podem ser encontrados também na expressão da denúncia. Entre eles estão a forma do discurso, a autoridade e a credibilidade do emissor, a ocasião da enunciação, o meio de comunicação, a opinião corrente, etc. Tais elementos ora constituem a ilusão, ora contribuem com a *objetividade*: servem para reforçar ou enfraquecer a hipótese de falsificação. Pois são estes mesmos elementos que, se por um lado desqualificam a credibilidade do discurso, por outro lado indicam, ao irem sendo desvendados (ou "decodificados"), o valor que se deve dar a cada vestígio constituinte do quadro de realidade em uma situação. É neste sentido que nenhum discurso pode descrever (ou inventar) um fato de forma imanente, pois está sempre ancorado ao contexto, ao tácito, a outras fontes de vestígios sobre as quais não mantém controle seguro. A força do monopólio da fala vem desse poder de criar, através de outras (pseudo) falas um contexto onde ela apareça como *natural, adequada e evidente*. Mas, nem mesmo sob regime de monopólio, a *opinião pública* pode ser constituída unilateralmente. Sob pena de exclusão, cada agente deve produzir e negociar com a realidade, *sempre*, a influência que exerce sobre o corpo social.

Não é justa, então, a condenação da "verdade" como ilusória: ilusório pode ser o argumento. Ainda no caso do discurso produtor de verdade (no sentido de que a fala é um *ato* que se inscreve na *realidade*), ainda assim permanecem em aberto as articulações e os confrontos possíveis entre os discursos, e entre os atos, acontecimentos e discursos. Nem tudo que se percebe é *apenas* retórica, esta não pode subtrair-se impunemente às suas circunstâncias. Se há efeitos de sentido, eles não se devem ao *discurso* isolado do entorno, mas a uma *totalidade* que inclui sua articulação com o contexto de enunciação. E é *por isso* que tem *sentido* o esforço de análise, de busca de regras de produção, e mesmo de uma *arte de persuasão*, como técnica não arbitrária<sup>18</sup>, dependente da opinião, da ocasião, mas também fundada no contexto histórico e no que se entende por realidade.

## Notas

1. EPHU — NPH. *Encyclopédie Philosophique Universelle. Les Notions Philosophiques. Dictionnaire*, 2 vols, Paris: PUF, 1990, pp. 2764 e 2771.
2. DOMINIQUE MAINGUENEAU, *Novas tendências em análise do discurso*, São Paulo: Pontes/Ed.UniCamp, 1993 (Orig. 1987), pp. 119-120.
3. GABRIEL DE TARDE, *As leis da imitação*, Lisboa: Rés, s/d (2ª Ed. Orig. 1895), p. 113.
4. DOMINIQUE REYNLÉ, Gabriel Tarde, teórico da opinião, in: GABRIEL TARDE, *A opinião e As massas*, São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 12-13.
5. TARDE, op. cit., p. 113.
6. “§ 234. Se quisesse duvidar da existência da Terra muito antes de meu nascimento, teria que duvidar de todas as coisas que permanecem firmes para mim. § 235. E que algo permanece firme para mim, não se funda na minha estupidez ou credulidade”. E não apenas em nosso sistema: “§ 262. Posso imaginar um homem que tivesse crescido em circunstâncias muito especiais, a quem se tivesse ensinado que a Terra passou a existir há apenas 50 anos e, portanto, que acreditasse nisso. Poderíamos instruí-lo: a Terra existe há muito tempo etc. Estaríamos tentando lhe dar nossa imagem do mundo. Isto ocorreria mediante uma espécie de persuasão”. Cf. LUDWIG WITTGENSTEIN, *Sobre la certidumbre*, Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1972 (Orig. 1969)
7. A. CHOPENHAUER, *L'art d'avoir toujours raison*. Strasbourg: Circé, 1990, p. 13.
8. Ibid.
9. Isto corresponderia, em parte, ao que diz Dominique Maingueneau do mecanismo polêmico das formações discursivas. Se a polêmica é constitutiva, “(...) o discurso constrói, em um mesmo movimento, sua identidade e sua relação com os discursos, os quais lhe permitem estabelecê-la”. Cf. MAINGUENEAU, op. cit., p. 122. E “(...) as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas são a atualização de um processo de delimitação recíproca, localizado na raiz dos discursos considerados”. Cf. MAINGUENEAU, op. cit., p. 120.
10. LUDWIG WITTGENSTEIN, *Estética, Psicologia e Religião*, São Paulo: Cultrix, 1970, p. 79. Ver também a noção de “interincompreensão” em MAINGUENEAU, op. cit., pp. 119-121.
11. RAUL LANDIM FILHO, *Sobre a Verdade*, *Síntese*, v. 20, n. 63 (1993): 460-461.
12. Ibid, p. 474.
13. Ibid.
14. Ibid.
15. Inclusive pela circulação entre regiões dos universos discursivos, metáforas, transposições generalizadas de um campo a outro, até o ponto da percepção por M. Serres de um isomorfismo entre uma Fábula de La Fontaine e o método cartesiano. Ver MAINGUENEAU, op. cit., p. 118.

16. "Este estudo das trocas entre campos desemboca imediatamente sobre a questão da eficácia dos discursos, sobre sua aptidão em suscitar a adesão de um conjunto de sujeitos. Essa rede de remissões de um campo para outro (citações explícitas, esquemas tácitos, ou captações...) contribui bastante para essa eficácia: confrontado com um discurso de certo campo, um sujeito encontra elementos elaborados em outro lugar, os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência". Cf. MAINGUENEAU, op. cit., p. 117.

17. Não "interdiscursivo", mas "supra-discursivo", assim como o "supra-social", ou o "supra-técnico" mencionados anteriormente. Pois não se trata apenas da constituição do discurso pela negação ou referência ao Outro, e sim pela atualização daquela referência. E os elementos daquela atualização vão além da interdiscursividade.

18. O fato da certeza poder estar desvinculada da observação empírica, ou mesmo contradizê-la, não confere qualquer "arbitrariedade criativa" ao sujeito ou a seu discurso. Aquela certeza é, sempre, uma certeza fundada, e se sobrevive à contradição de observações empíricas é porque seu fundamento é mais sólido do que o daquelas percepções: em vez de ser invalidada por elas, é a certeza que coloca em dúvida a verdade da observação, isto é, nega sua verossimilhança e a considera ilusória.

Endereço do Autor:

Escola de Comunicação —IBICT / CNPq

Av. Pasteur, 250 Fundos —Urca

22290-240 Rio de Janeiro —RJ